



Resposta da assessoria de imprensa do deputado federal Sergio Vidigal (PDT-ES)

Sobre a matéria “Bancada da lama barra ações para melhorar segurança em barragens”, veiculada pelo jornal Folha de S.Paulo neste domingo (03/02), a assessoria de imprensa do deputado federal Sérgio Vidigal (PDT-ES) ressalta que em momento nenhum foi contatada pelo veículo para esclarecimentos.

Informamos que as doações recebidas pelo parlamentar na campanha de 2014 foram feitas pelo Diretório Nacional do PDT. Logo, a origem da doação só foi informada na prestação de contas feita pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O deputado federal Sérgio Vidigal não possui nenhum vínculo com a mineradora.

A respeito da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, o deputado a integra como suplente, sendo esta uma indicação da Liderança do Partido na Casa.

Sobre as emendas às Medidas Provisórias ressalta-se:

O parlamentar não apresentou emendas à MPV 791/17, que criou Agência Nacional de Mineração, e à MP 790/17, tratando de mudanças no Código de Mineração.

Em relação à MPV 789/17, que aumentou as alíquotas da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), o deputado apresentou quatro emendas (7, 8, 9 e 10). O texto das emendas a essa MP não beneficia as mineradoras. Mas, sim os cidadãos, através dos Estados e Municípios.

Atualmente, não há previsão de distribuição de royalties da mineração para Estados e/ou Municípios exportadores de minério, mas tão somente para os que produzem. Esta emenda buscou assegurar alguma participação para Estados e Municípios exportadores. Para o Espírito Santo, em especial essa medida é importante, pois o Estado possui importante estrutura portuária destinada à exportação de minérios. Esse é o teor da emenda 7.

A emenda 8 atualiza as alíquotas dos royalties da mineração, tornando-as mais atuais. O propósito do deputado com essa medida foi o de aumentar a arrecadação. A emenda 9 aumenta o valor dos royalties da mineração aos municípios de 3% para 5% o que beneficiará os Municípios diretamente e indiretamente afetados pelas atividades da mineração, uma vez que, a maior parte das mazelas ambientais ficam nos Municípios onde se faz a atividade de mineração.

Por fim, a emenda 10 permite que os entes federados recebam das mineradoras uma participação especial pela grande produção do produto minerado ou grande rentabilidade na exploração de recursos minerais. Tal ação irá proporcionar



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Sergio Vidigal - PDT/ES

maiores recursos aos Estados afetados pela mineração, que poderão ser utilizados tanto para incrementar os recursos para educação e saúde ou outras áreas deficientes aos estados e municípios afetados pelas atividades de mineração.

Por fim destacamos que, além de atuar no sentido de maior arrecadação e melhoria da arrecadação para o Espírito Santo, o deputado foi signatário da CPI que investigou o desastre de Mariana e será signatário da CPI que irá investigar o acidente em Brumadinho.

O deputado federal Sérgio Vidigal (PDT-ES) sempre defendeu as investigações que envolveram os rompimentos das barragens em Mariana e, mais recente, em Brumadinho, ambas no Estado de Minas Gerais, e que os responsáveis sejam punidos e ressarcir os prejuízos às vítimas, ao Estado, aos Municípios e ao meio ambiente.